



“ENTRE NÓS”: LIMITES E POSSIBILIDADES DE AÇÕES EDUCATIVAS PARA A PROMOÇÃO DA EQUIDADE DE GÊNERO EM ESCOLAS DO RIO DE JANEIRO E SALVADOR.

Vanessa do Nascimento Fonseca
Christine Ricardo

Este trabalho propõe um debate sobre limites e possibilidades da implementação de projetos voltados à promoção da equidade de gênero em escolas, a partir da experiência de adaptação de ferramentas educativas criadas com este fim – Programas H e M, por Promundo e organizações parceiras.

Programas H e M

Os Programas H (para Homens) e M (para Mulheres) ¹ reúnem diversas ferramentas educativas e lúdicas que buscam estimular a reflexão e engajar jovens em ações voltadas para a promoção da equidade de gênero e da saúde. Dentre estas ferramentas, destacam-se atividades educativas em grupos, três desenhos animados e uma radionovela, chamada “Entre Nós”, que conta a história de dois jovens que buscam resolver seus conflitos através do diálogo.

As atividades educativas que compõem os dois programas buscam criar um espaço seguro e de confiança para o questionamento de convenções sociais rígidas em relação aos papéis de gênero. Incluem dramatizações, vídeos em desenho animado, jogos e atividades de discussão para estimular a reflexão individual e coletiva sobre como homens e mulheres são socializados, os aspectos positivos e negativos desta socialização e os possíveis benefícios da mudança de certos comportamentos. São abordados temas como saúde sexual e reprodutiva, violência de gênero e prevenção do HIV.

O Programa H possui ações específicas já avaliadas para o trabalho com homens, considerando suas necessidades e interesses para a promoção da equidade de gênero. A intervenção foi desenvolvida originalmente por quatro organizações não-governamentais latino-americanas que tinham uma experiência significativa no trabalho com homens jovens. O Programa H foi endossado pelos governos brasileiro, mexicano e indiano, foi mencionado em 2007 no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial (do Banco Mundial), pelo UNICEF (2007), pelo UNFPA (2005) no relatório sobre o Estado da População Mundial, como uma intervenção eficaz, inovadora, e

¹ O Programa H foi elaborado pelo Promundo (coordenação), ECOS (SP), Instituto PAPAI (PE) e Salud y Género AC (México). O Programa M foi elaborado pelas mesmas organizações e World Education (EUA).



adaptável para envolver homens jovens e adultos na promoção da igualdade entre homens e mulheres e está presente em mais de 20 países da América Latina, Ásia e África. Este ano, 2010, os Programas H e M foram ganhadores do III Prêmio Melhores Práticas que incorporam a perspectiva da Equidade de Gênero na Saúde do Adolescente e Jovem da Organização Panamericana de Saúde.

Com base na experiência de trabalho com homens jovens, deu-se início a uma iniciativa para promoção da equidade de gênero, a partir da perspectiva de mulheres jovens, o Programa M. Seu currículo educativo foi testado no Brasil, Jamaica, México e Nicarágua e aborda diversas questões relacionadas à saúde das mulheres jovens, incluindo identidade sexual, sexualidade, saúde sexual e reprodutiva, HIV/AIDS, violência de gênero, maternidade, educação, trabalho e participação da comunidade.

Outro componente dos Programas são as campanhas criadas pelos próprios jovens, por meio de teatro, música, rádio e mídia impressa, para reforçar mensagens sobre equidade de gênero e saúde. Para a elaboração da campanha mais recente, foi reunido um grupo de trinta jovens de três comunidades do Rio de Janeiro para a criação de uma estratégia que buscava promover a saúde sexual e reprodutiva e a autonomia de mulheres jovens e que incluía mensagens que alcançassem a mulheres e homens. A ação principal da campanha foi a produção e divulgação de uma rádionovela, “Entre nós”, que conta a história de dois jovens, Beto e Jéssica, que começam a descobrir as consequências da socialização de gênero em suas vidas profissional e familiar. A trama, inspirada nos vídeos educativos² dos Programas H e M, foi dividida em três temporadas temáticas: da primeira relação sexual à gravidez, maternidade e vida profissional, e a conquista da autonomia.

Além da veiculação em rádios comunitárias, a rádionovela foi transmitida nos locais em que o público jovem estava presente, como cursos de pré-vestibular, salões de beleza e cybers. A escolha dos locais de veiculação foi feita através de um mapeamento dos hábitos desses jovens. Para ajudar na divulgação, foram criados outros produtos tais como faixas, filipetas, spot de divulgação para carro de som, história em quadrinhos e uma trilha sonora, com quatro músicas produzidas especialmente para a rádionovela.

Levando Program H e M para o espaço escolar

A partir da experiência com jovens e de suas próprias iniciativas na realização de muitas dessas ações em escolas, iniciamos um projeto de adaptação das estratégias dos Programas H e M para o espaço escolar.

² Vídeos “Era uma vez outra Maria” e “Minha vida de João”. Para mais detalhes veja www.promundo.org.br.



A escola, embora não a única responsável, representa um espaço importante para a reflexão sobre valores e conhecimentos, de encontro entre jovens e, por consequência, um forte canal de reflexão sobre temas relacionados à sexualidade e saúde sexual e reprodutiva. Desde 1995, quando começaram a serem criados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que buscam garantir que sexualidade e saúde sexual e reprodutiva sejam temas transversais trabalhados nas escolas, estes espaços têm se mostrado abertos a estes assuntos e muitas demandas de professores, que não costumam ter estes temas em sua formação acadêmica, têm surgido.

Além disso, muitas demandas têm sido apresentadas pelos profissionais que vivem o cotidiano da escola, como acolher as mulheres jovens grávidas, para que tenham condições de continuar seus planos de educação e o envolvimento de homens jovens no cuidado com o bebê.

De maneira geral, a implementação dos Programas H e M nas escolas buscou (1) adaptar e testar metodologias participativas de reflexão em grupo para a promoção da equidade de gênero no espaço escolar, contribuindo para a proposição de políticas públicas relacionadas à promoção da equidade de gênero em escolas; (2) refletir com profissionais da educação a adaptação e o uso de metodologia participativas em grupo e campanhas para a promoção da equidade de gênero em escolas, e (3) promover reflexão e transformação das atitudes entre os alunos, sobre questões relacionadas ao gênero.

Contextualizando o trabalho sobre gênero em escolas: avanços e possibilidades

Já na constituição de 1988 foram oferecidas as bases para que as políticas de educação públicas pudessem ressaltar em sua pauta a defesa dos direitos sem preconceitos de raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Mas são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elaborados entre 1995 e 1997, que representam um dos mais importantes avanços até o momento para as políticas de educação em relação à incorporação de uma perspectiva de promoção da equidade de gênero, que inova ao introduzir esta perspectiva como uma dimensão importante da constituição da identidade de crianças e de jovens e de organização das relações sociais (Vianna e Unbehaum, 2006).

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) trouxe propostas inovadoras para as políticas educativas, além do apoio de diversas estratégias que garantiram a formação continuada dos profissionais de educação, com possibilidade de reflexão para transformação de atitudes relacionadas a padrões tradicionais de gênero. A criação desta secretaria, em 2003, e o lançamento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em 2004, ampliam as possibilidades de mudanças



importantes, entre elas a de incorporar a perspectiva de gênero, raça, etnia e orientação sexual no processo educativo formal. Para isso, foi criado o Programa Gênero e Diversidade na Escola, que propõe orientar os docentes de escolas públicas a como desconstruir comportamentos e atitudes preconceituosos em relação ao gênero, à etnia e orientação sexual.

Além disso, o Programa Brasil Sem Homofobia, lançado em 2004, e que visa à promoção da cidadania LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais e Transgêneros) e o combate à homofobia, tem concentrado seus esforços no espaço escolar para desconstruir o preconceito, a discriminação e a violência contra esse segmento da população.

O Programa Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) tem apoiado profissionais de educação na realização de projetos de promoção de saúde nas escolas, que incluem os temas gênero e sexualidade, embora muito voltados para a prevenção de doenças, incluindo aids e as DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis).

Todas essas iniciativas têm aberto espaço para a realização de ações sobre sexualidade, gênero e saúde sexual e reprodutiva em escolas, tanto por parte de organizações não governamentais, quanto por profissionais de educação que participam de formações sobre esses temas. A formulação de políticas em busca do respeito às diversidades e à equidade de direitos constituem terreno fértil para mudanças mais efetivas. Mas ainda temos muito que avançar. E o desenvolvimento dessas ações tem produzido reflexões importantes sobre o trabalho com esses temas em escolas.

Lições aprendidas sobre a realização de ações para a promoção da equidade de gênero em escolas: algumas pistas para o começo do trabalho

Os PCNs propõem a realização de ações a partir de temas transversais, ou seja, que deveriam ser trabalhados a partir de ações integradas, atravessando todas as disciplinas e o cotidiano da escola. A escolha dos temas se deveu a urgência de se discutir certos assuntos como a prevenção das DST e AIDS e gravidez em idades que eram consideradas precoces, violência juvenil e meio ambiente. Foi apenas no tópico da “orientação sexual” (visto lá como educação para a sexualidade) que o gênero ganhou relevância (Vianna e Unbehaum, 2006). Neste tópico devem ser trabalhados o corpo humano, as relações de gênero e prevenção às doenças.

Observando o panorama dos temas, o que ocorre é que muitas vezes a perspectiva de gênero é trabalhada como um tema restrito à saúde e não como garantia de direitos, incluindo os direitos



sexuais e reprodutivos. É preciso cuidado para que as questões relacionadas à sexualidade não fiquem restritas aos “perigos”, às “doenças”, à “gravidez indesejada”.

Tão importante quanto oferecer informações sobre cuidado com a saúde sexual e reprodutiva, como uso do preservativo, métodos contraceptivos ou auto-exames, é estimular escolhas, negociação de métodos para relações sexuais saudáveis entre parceiros. Para além de estarem informados sobre o uso de preservativos, é importante que os adolescentes, homens e mulheres, sintam-se capazes de ter uma posição sobre como construir sua vida sexual e reprodutiva. Aliás, tratar de prevenção de doenças, preservativo e métodos contraceptivos só é importante porque é um direito de todos os indivíduos viverem seus desejos sexuais de forma plena e saudável.

Para isso, é igualmente importante considerar normas em nossa cultura, que influenciam a maneira como homens e mulheres se comportam e produzem diferenças em relação a poder de decisão e acesso a bens e espaços sociais. Sem deixar de reconhecer importantes avanços e conquistas femininas nas últimas décadas, ainda podemos afirmar que o Brasil é um país com acentuadas diferenças de gênero. Isto pode ser notado através de dados tanto sobre o mercado de trabalho (mulheres recebem 70% do rendimento dos homens, aponta IBGE³), quanto por dados sobre violência de gênero, pesquisas apontam que 1 em cada 3 mulheres sofrem algum tipo de violência por parte do seu parceiro⁴.

Em relação à sexualidade, muitas normas e crenças desestimulam que as mulheres tomem a iniciativa do uso do preservativo ou possam assumir e decidir livremente sobre sua vida sexual. Em relação aos homens, estes não são incentivados a conversar com sua parceira, nem a cuidar de sua saúde sexual e reprodutiva. Desde pequenos, aprendem que isto é assunto para as mulheres. A forma como homens e mulheres são socializados em diferentes sociedades confere ao homem mais poder tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Ainda são os homens que tomam as decisões referentes à família, à sexualidade e ao mundo do trabalho e muitos programas de promoção à saúde sexual e reprodutiva se dirigem apenas às mulheres, inclusive para a distribuição de métodos contraceptivos. Assim, tratar de sexualidade e saúde sexual e reprodutiva, sem considerar diferenças de poder relacionadas às normas de gênero, é insuficiente e não garante de fato os direitos sexuais e reprodutivos dos sujeitos.

Os PCN são uma referência para a educação em sexualidade e não se impõem como diretriz obrigatória, o que é um ponto positivo. Trata-se de uma proposta de conteúdos que deve orientar e

³ http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=142:sintese-de-indicadores-sociais-ibge-2009&catid=37:pesquisas

⁴ http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/index.php?option=com_zaragozacontent&view=blog&layout=blog&Itemid=5



estruturar o currículo de todo o sistema educativo do país, apoiando sua revisão e contextualização local. No entanto, pouco se pode observar da real aplicação disto na prática escolar.

Outro fato que temos observado no cotidiano da escola é que as ações muitas vezes são projeto de um professor ou de organizações de fora e não algo que ganha consistência e está na prática das relações da instituição. Ou seja, fala-se em sexualidade, mas nas relações do dia-a-dia da escola, percebem-se tabus, ouve-se discursos homofóbicos, alunos são desrespeitados em sua singularidade e desejos, manifestações de carinhos são reprimidas, entre outras práticas. E, para que de fato gênero e sexualidade sejam temas transversais e novas práticas sejam experimentadas no dia-a-dia da escola, é necessário que o corpo de professores seja envolvido no planejamento e que isto de fato faça sentido para todos.

Avaliação recente de formação de educação continuada ressalta a inovação e a importância de que os profissionais de educação possam refletir sobre questões de gênero. No entanto, é necessário que seja relacionada com a prática escolar e lhes seja oferecidas ferramentas para serem utilizadas em sua ação pedagógica (Pereira e Rohden, 2007). A partir destas pistas, expressas por diferentes profissionais que têm atuado em escolas, e também observadas no encontro com a escola, começamos a construir nosso caminho.

O encontro com as escolas

A entrada nas escolas se deu por caminhos diversos. O que havia eram as atividades e materiais dos Programas H e M, suas campanhas e o desejo de experimentar e criar possibilidades de seu uso em escolas. Secretaria de Educação e parceiros de outras organizações nos apresentaram professores e diretores já envolvidos em ações de prevenção ao HIV/AIDS, como as do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, e profissionais que expressavam demandas para o trabalho em sexualidade, incluindo diversidade sexual e gravidez na adolescência.

Ao longo dos três anos de projeto, outros caminhos para a entrada nas escolas foram utilizados, a partir das pistas observadas neste trabalho. Foram feitas alianças para introduzir o tema de gênero em projetos já existentes nas escolas e passamos a fazer parte do Grupo Gestor Estadual do Projeto Saúde e Prevenção nas escolas. Neste projeto buscamos promover reflexões com gestores de educação de diversos municípios do Rio de Janeiro sobre como normas rígidas de gênero dificultam escolhas e o acesso a métodos que cuidam da saúde sexual e reprodutiva, a partir da perspectiva de que todos têm direito a viver livremente o prazer, eticamente. Ou seja, sem impor a vontade ao outro.



Muitas vezes, a demanda pela educação em sexualidade na escola por parte dos gestores e educadores surge a partir da idéia de normalizar e controlar “a sexualidade desenfreada” dos adolescentes. Nosso trabalho tem sido o de construir caminhos, junto com os profissionais que atuam nas escolas, para o desenvolvimento de ações em sexualidade que signifique principalmente buscar promover e garantir os direitos sexuais e reprodutivos. Isto é, que todos possam fazer escolhas sobre quem e como amar e se relacionar sexualmente, qual o melhor momento de ter filhos, e ter acesso aos meios que farão essa escolha possível, como métodos contraceptivos e o questionamento de relações hierárquicas, em que os desejos de um estão subjugados aos desejos do outro. O amplo acesso às informações sobre sexualidade, bem como a busca por parceiras e serviços que ofereçam recursos e métodos contraceptivos e de prevenção das ISTs e HIV é necessário principalmente para que as escolhas sejam realizadas de modo equânime.

A utilização de atividades que desnaturalizam a divisão binária dos indivíduos em homem e mulher e criam normas que os organizam em uma relação vertical de poder tem possibilitado reflexões acerca da diversidade sexual e o respeito às diferenças. Além de definir que uns sujeitos (homem) têm mais poder do que outros (mulher), a partir da definição de padrões rígidos, busca-se normalizar todos os indivíduos em torno deste padrão, produzindo exclusão de todas as possibilidades de comportamentos e expressão da sexualidade. A partir de uma reflexão crítica desta questão, discutimos com os profissionais de educação como possibilitar potencialidades e a criatividade dos alunos, a partir de sua singularidade, contribuindo para uma abertura para o acolhimento da diversidade sexual.

Os professores têm-se mostrado abertos às propostas que vão ao encontro de respostas às suas dificuldades e do respeito aos alunos. Para a sustentabilidade das ações em escolas, uma das pistas mais importantes tem sido a necessidade de envolver um grupo de professores na construção de ações educativas. Quando as ações são realizadas apenas por profissionais de organizações externas ou por um professor, sem o apoio dos demais, as ações terminam quando esses profissionais saem da escola. Não existem receitas de bolo, mas estimular a produção de questões e buscar soluções em conjunto para que todos possam se desenvolver em sua singularidade, de forma respeitosa, tem se mostrado um caminho.

Duas histórias possíveis de trabalho em escolas

Em Salvador, as ações em uma escola começaram pela realização de atividades educativas com um grupo de alunos que já participavam de outros projetos. Estes alunos apoiaram a criação de



estratégias para a realização da campanha “Entre Nós”, adaptada ao contexto local. Além da exibição da radionovela nos intervalos para todos os alunos, a história ganhou versões baianas através de representações teatrais e jogos que refletiam sobre as diferenças culturais. O lançamento da radionovela contou com um grande painel em que os alunos poderiam colocar sua opinião sobre o que é um relacionamento saudável, a partir de questões postas pelos cartazes de divulgação da campanha: “meu namorado faz assim. Agora só quero assim entre nós”; “minha namorada me mostrou um novo jeito. Agora só quero assim entre nós”; “amor, respeito, igualdade, cá entre nós, assim é bem melhor”, “E você, já parou para pensar sobre isso? Qual o seu jeito?”.

Alunos que não faziam parte dos que participaram das formações iniciais, ao ver a organização do grupo, nos procuraram interessados em pensar uma estratégia para a mobilização de todos os estudantes em prol de melhorias para a escola. Fundou-se o jornal “Entre nós” que, além de reflexões sobre relacionamentos mais equânimes, possui uma seção para expressões artísticas, informações sobre movimentos na comunidade e discussão sobre formas de gestão mais democráticas na escola.

A segunda etapa do trabalho tem sido uma reflexão sobre o processo com os professores e a discussão conjunta de estratégias que podem ser desenvolvidas pelos mesmos na escola. A partir do envolvimento dos alunos, apoiadas por uma professora e uma voluntária, outros professores começaram a utilizar materiais da campanha “Entre nós” em suas aulas e a adaptar atividades dos Programas H e M. Uma das avaliações dos professores à primeira etapa do trabalho foi de não terem percebido o projeto como algo coletivo, apesar de terem sido convidados para participar de encontros com os alunos que planejaram a campanha. Ao verem o desenvolvimento das ações de gênero, foram tocados pelo tema e se mobilizaram para continuar o trabalho.

Para o planejamento da nova etapa de ações com os professores, foi organizada uma oficina de 16 horas para uma reflexão sobre limites, demandas e possibilidades de eles realizarem atividades sobre gênero e sexualidade. O programa do encontro foi organizado a partir de recomendações colhidas em conversas com coordenadores e professores e um grupo focal. Foi sugerido que a oficina deveria estimular reflexões sobre a vida pessoal dos professores, facilitando mudanças de atitudes e da relação com os alunos, um dos principais resultados apontados pela professora que participou da primeira etapa.

Caso II



O trabalho em uma escola do Rio de Janeiro teve início com a demanda de uma professora em trabalhar a gravidez na adolescência, depois que ela acontece. Na primeira etapa do projeto, um grupo de professoras participou de encontros de discussão sobre normas de gênero, em que traziam reflexões sobre sua própria experiência de vida. Por terem experimentado, através dos encontros, como normas de gênero modificam e se entranham nos corpos, o grupo levou a discussão para todos os outros professores e construíram um Plano Político Pedagógico em que os temas gênero, sexualidade e diversidade são trabalhados com os alunos a partir de uma reflexão sobre o corpo e com o corpo.

Além de discutirmos quais são as normas que disciplinam os corpos para se comportarem, desejarem ou se expressarem de determinada maneira, bem como os estereótipos e discriminações que fazem com que uns corpos sejam mais valorizados do que outros, quando falamos de corpo nos referimos ao “instrumento” que possibilita a relação com o que está a nossa volta. Ter um corpo ou ter consciência desse corpo significa aprender a ser afetado por nossas próprias experiências. Não se pensa mais na oposição corpo e mente, pois não se percebe o corpo como algo puramente biológico. Mas algo que é atravessado pelas emoções, sensações e pensamentos. Assim, trabalhar o corpo significa abri-lo à experiência e ao contato com o outro, produzindo vontade de viver, desejos e respeito à diferença. Para tal, nesta escola, as atividades dos Programas H e M têm sido adaptadas para o maior uso do corpo e os professores estão envolvidos na criação de exposições artísticas e intervenções sobre como as normas rígidas de gênero afetam nossas vidas.

Conclusão

A partir da experiência de adaptação dos Programas H e M em escolas, este texto reflete sobre a importância do envolvimento dos professores na construção de estratégias sustentáveis para a promoção da equidade de gênero, que levem em conta os interesses e direitos dos alunos de viver sua sexualidade de forma plena. Envolver professores significa também refletir sobre suas atitudes e dificuldades em lidar com temas para os quais, via de regra, não foram preparados em sua formação acadêmica e estão marcados em seus corpos. De fato, as ações nos mostram que não existem receitas de bolo, mas pistas podem ser observadas a partir do levantamento de questões e busca de soluções, “entre nós”.

Como estratégia para continuar o trabalho a partir do envolvimento dos profissionais de educação, o Promundo está construindo uma plataforma de educação à distância, em que as



atividades dos Programas H e M estão sendo colocadas de forma interativa e são abertos espaços para experimentação em sala de aula e trocas de experiência.

Referências bibliográficas:

PEREIRA, M. E., ROHDEN, F. (ET AL). **Gênero e diversidade na escola:** formação de professoras/ES em gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Brasília/Rio de Janeiro: SPM/CEPESC, 2007.

VIANNA, C. e UNBEHAUM, S. **Gênero na educação básica:** Quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. Educação Social, Campinas, ol. 27, n.95, p 407-428, maio/ago, 2006.